



# Percepções e representações sociais de famílias pobres e atores institucionais sobre pobreza e ação pública

## *Perceptions and social representations of poor families and institutional actors concerning poverty and public action*

Andréia Tecchio\* | Geneviève Cortes\*\*  
Monique Medeiros\*\*\* | Ademir Antonio Cazella\*\*\*\*

<http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmvu.1.007>

Recebido em 9 de fevereiro de 2021. Aceito em 6 de março de 2021.

### Resumo

O artigo analisa a subjetividade da pobreza e de ações públicas a partir da perspectiva de famílias pobres e atores institucionais, no Oeste de Santa Catarina. Para além da pesquisa documental foram realizadas entrevistas com 40 famílias pobres e 38 atores institucionais. O estudo se apoia nos conceitos da territorialização da ação pública, da pobreza objetiva com ênfase na sua dimensão absoluta e relativa e da pobreza subjetiva, com foco na sociologia da pobreza. Entre os entrevistados, mais da metade se considera pobre e atribui esta situação à falta de bens materiais, enquanto os demais não se consideram pobres, condição associada a status social desqualificado. As ações públicas territorializadas melhoraram as condições de vida das pessoas, mas os investimentos públicos não foram suficientes para promover a superação da condição de pobreza. A pobreza é estigmatizada pela maioria dos atores institucionais, dificultando uma eficaz implementação de ações públicas para seu tratamento.

**Palavras-chave:** percepção; representação; pobreza; ação pública.

### Abstract

*The article analyzes the subjectivity of poverty and public actions from the perspective of poor families and institutional actors, in the West of Santa Catarina. In addition to documentary research, interviews were conducted with 40 poor families and 38 institutional actors. The study is based on the concepts of territorialization of public action, objective poverty with an emphasis on its absolute and relative dimension and subjective poverty, with a focus on the sociology of poverty. Among the interviewees, more than half consider themselves poor and attribute this condition to the lack of material goods, while the others do not consider themselves poor, a condition associated with disqualified social status. Territorialized public actions have improved people's living conditions, but public investments have not been sufficient to promote the overcoming of the condition of poverty. Poverty is stigmatized by most institutional actors, making it difficult to effectively implement public actions for its treatment.*

**Keywords:** perception; representation; poverty; public action.

\* Doutora em Ciências Sociais. Pós-Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). <https://orcid.org/0000-0003-0283-9996>. E-mail: deiatecchio@yahoo.com.br

\*\* Doutora em Geografia. Professora da Université Paul Valéry Montpellier III, Montpellier, França. <https://orcid.org/0000-0001-5515-1584>. E-mail: genevieve.cortes@univ-montp3.fr

\*\*\* Doutora em Agroecossistemas. Professora na Universidade Federal do Pará (UFPA). <https://orcid.org/0000-0001-8789-0621>. E-mail: mmedeiros@ymail.com

\*\*\*\* Doutor em Ordenamento Territorial. Professor no PGA/UFSC. <https://orcid.org/0000-0002-4457-4853>. E-mail: ademir.cazella@ufsc.br

## INTRODUÇÃO

A partir de 2016, a trajetória das políticas públicas de enfrentamento da pobreza, de promoção da segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento no Brasil sofre uma forte ruptura. De maneira específica, o governo de Michel Temer (2016-2018) iniciou o desmonte dessas políticas que haviam sido implementadas pelos governos anteriores de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016).

O Brasil saiu do Mapa da Fome<sup>1</sup> em 2014 (FAO, 2014), porém os índices de pobreza têm aumentado após essa data e o País corre o risco de voltar a integrar a lista de nações que têm mais de 5% da população ingerindo quantidades de calorias abaixo do recomendado. Segundo o IBGE (2018), a proporção de pessoas pobres no Brasil passou de 25,7% em 2016 para 26,5% em 2017. Nesse mesmo período, a extrema pobreza passou de 6,6% para 7,4%. Em números absolutos, 54,8 milhões de pessoas viviam na condição de pobreza e 15,2 milhões em extrema pobreza em 2017.

Essa situação contrasta com a redução da pobreza e da extrema pobreza em curso no período entre 2004 e 2016, a qual foi amplamente demonstrada por diversos estudos. Uma referência é a pesquisa conduzida por Soares et al. (2016), que tem como base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e que adota a definição de pobreza do Banco Mundial. Segundo essa definição, as condições de pobre e extremamente pobre contemplam as pessoas que vivem, respectivamente, com menos de US\$ 5,50 e US\$ 1,90 por dia. O estudo desses autores aponta que, entre 2004 e 2013, a extrema pobreza caiu de 7,6% para 4,0% e a pobreza, por sua vez, passou de 22,4% para 8,9%.

De acordo com Gaitán (2019), Grisa & Schneider (2015) e FAO (2014), diversas ações do Estado implementadas a partir da década de 2000, contribuíram para a saída do Brasil do Mapa da Fome e a redução da pobreza. Uma delas diz respeito à intensificação dos investimentos financeiros e das articulações entre as políticas macroeconômicas, setoriais (especialmente as de proteção sociais) e territoriais de enfrentamento à pobreza. Nesse período ocorreu um reforço do quadro jurídico em prol da segurança alimentar e nutricional, por meio da reativação, em 2003, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, da criação do Programa Fome Zero no mesmo ano e, em 2006, da promulgação da Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. Ademais, houve incentivo à cooperação entre ministérios facilitada por uma arquitetura institucional com responsabilidades bem definidas, do aumento de investimentos em políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e povos tradicionais, além da participação da sociedade civil

na elaboração e na execução dessas políticas nas escalas nacional e local, por intermédio de conselhos gestores.

Uma iniciativa de política articulada consistiu na institucionalização da ação pública territorializada no início do primeiro Governo Lula, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>2</sup>. A territorialização da ação pública representa uma inovação, pois implica na aplicação de um conjunto de políticas num mesmo território com a participação de atores governamentais e da sociedade civil, considerados relevantes no processo de gestão social (JAILLET, 2009; DOUILLET, 2005; HASSENTUEFEL, 1998). Isso possibilita abordar problemas associados à pobreza em espaços precisos e atender de forma diferenciada determinados segmentos sociais, via adequação das políticas às suas especificidades (SÉCHET, 1996).

De maneira específica, a territorialização da ação pública de enfrentamento da pobreza resultou na criação do Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pronat), em 2003, e do Programa Território da Cidadania (PTC), em 2008. Orientado para enfrentar a pobreza rural, o Pronat destinou recursos públicos não reembolsáveis para projetos intermunicipais de fortalecimento de estratégias de agricultores familiares, povos tradicionais e assentados da reforma agrária. De forma complementar, o PTC implementou um conjunto de ações de promoção do desenvolvimento econômico por meio da geração de trabalho e de renda, além da universalização dos programas básicos de cidadania, considerando a delimitação do espaço rural dos territórios contemplados (LEITE, 2013; DELGADO & LEITE, 2011).

Essas tentativas de territorialização da ação pública implicaram em mudanças institucionais decorrentes da concepção de territórios como unidade de articulação para a aplicação de políticas públicas. Essa inovação levou à criação de novas institucionalidades nacionais, estaduais e territoriais para viabilizar a participação conjunta de atores da sociedade civil e das distintas esferas governamentais na gestão social da política. A concertação entre agentes de Estado e atores da sociedade civil na sua gestão social representou um elemento central na aplicação da política pública (LEITE, 2013; DELGADO & LEITE, 2011).

Se essas políticas públicas interferiram na redução numérica da incidência da pobreza no Brasil, como indicam os dados estatísticos, o critério da renda absoluta adotado pelo Governo Federal para identificar as famílias pobres é considerado insuficiente para medir todo o seu impacto (CASTEL, 1994; SEN, 2008). Para além da medida objetiva da pobreza, a sua vivência e percepção carecem de elucidações. Como as famílias classificadas como

“pobres” a partir de critérios objetivos percebem e representam sua própria situação? Qual é a percepção e a representação social dos atores institucionais responsáveis pela implementação de políticas públicas territorializadas de enfrentamento da pobreza?

Estudar a subjetividade da pobreza permite apreender a avaliação que as pessoas pobres fazem da sua situação, tema pouco pesquisado, bem como o entendimento que as pessoas não pobres têm a respeito desse fenômeno na sociedade em que vivem (BAPTISTA, PERISTA & REIS, 1995). Nesse sentido, a opinião dos atores institucionais é um dos fatores que pode aprimorar ou estagnar as ações públicas de tratamento da pobreza, pois são esses atores, em suma, que definem as necessidades e os limites da pobreza (COSTA, 1984).

Inspirado por esse desafio, este artigo objetiva analisar a percepção e a representação social de famílias pobres e de atores institucionais sobre a pobreza e a ação pública. Para tanto, seis seções principais estruturam a análise. A primeira evidencia os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa. A segunda aborda as concepções objetivas e subjetivas da pobreza. A terceira e a quarta tratam da representação da pobreza por quem a vivencia e pelos atores institucionais implicados com as ações públicas de enfrentamento desse fenômeno. A quinta e a sexta enfatizam as políticas públicas acessadas pelos pobres e que deveriam ser implementadas para o tratamento da pobreza na percepção dos atores institucionais. Por fim, nas considerações finais, os principais resultados da pesquisa são sintetizados<sup>3</sup>.

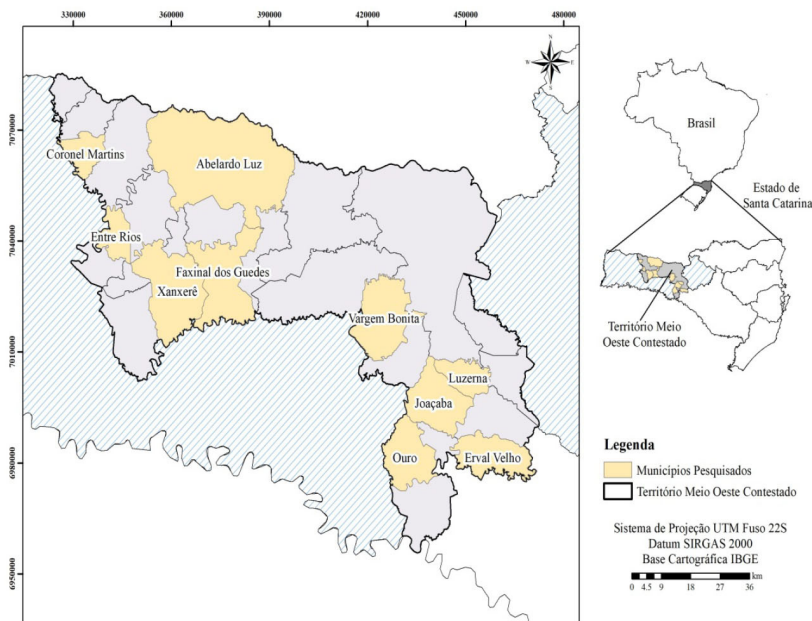
## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A análise tem como foco empírico o Território Meio Oeste Contestado, composto por 29 municípios e situado na região Oeste de Santa Catarina. Esse território foi selecionado por agrupar uma parcela importante de agricultores familiares, de populações tradicionais e de assentados da reforma agrária que vivem em situação de pobreza e ter sido contemplados pelos dois programas territorializados de enfrentamento da pobreza (Pronat e PTC).

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas, sendo a primeira em setembro e outubro de 2014 e a segunda em abril e maio de 2016. Dez municípios do Território Meio Oeste Contestado foram pesquisados (Figura 1). Na seleção desses municípios levou-se em consideração a importância do setor primário para a economia, o contingente expressivo de famílias que viviam na condição de pobreza, segundo dados de famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família (PBF)<sup>4</sup>, e a maior concentração de agricultores familiares, assentados pela reforma agrária e povos tradicionais (indígenas

e caboclos)<sup>5</sup>. A escolha dos municípios procurou contemplar, portanto, a heterogeneidade das situações vivenciadas pelas famílias pobres. O período temporal analisado compreende a vigência do Pronat (2003 a 2016) e do PTC (2008 a 2016).

Figura 1: Localização geográfica de Santa Catarina no Brasil, com destaque para o Território Meio Oeste Contestado e os municípios compreendidos pela pesquisa.



Fonte: Adaptado de IBGE (2017).

Os principais recursos metodológicos adotados foram a pesquisa documental e as entrevistas semiestruturadas. A pesquisa documental consistiu na análise de textos, documentos, leis, materiais de divulgação e atas de reuniões referentes ao Pronat e ao PTC, elaborados por agentes do Governo Federal, MDA/SDT e do Território Meio Oeste Contestado. Essa análise subsidiou o entendimento das mudanças que ocorreram com a territorialização das ações públicas sobre as políticas de enfrentamento da pobreza.

Alusivo às entrevistas, no total, foram inquiridos 38 atores institucionais, entre os quais: i) dezoito gestores municipais (dentre estes: prefeitos, técnicos, secretários municipais, assistentes sociais); ii) onze gestores de instituições intermunicipais ou estaduais; e iii) nove atores que participaram da

gestão do Território, entre eles, delegados do Conselho de Desenvolvimento Territorial (Codeter)<sup>6</sup> representantes da sociedade civil e do governo e assessores territoriais que atuaram na esfera federal, estadual e territorial. Estes foram questionados sobre sua percepção em relação à pobreza, quem são as populações pobres do território, como as ações implementadas por meio do Pronat e do PTC contribuem na redução da pobreza e quais ações ou políticas deveriam ser apoiadas para reduzir a pobreza no território em questão.

Para identificar as famílias pobres entrevistadas, o critério de renda para serem beneficiadas pelo PBF foi a referência. Dessa forma, quarenta famílias foram inqueridas, dentre elas vinte e quatro residentes no meio rural e dezesseis no perímetro definido como urbano dos municípios. Nessas entrevistas, consideramos a diversidade de situações de pobreza, a composição familiar, a localização próxima ou distante do perímetro urbano, bem como as profissões exercidas por seus componentes. Para apreender a subjetividade das famílias pobres sobre a sua situação de pobreza e as ações públicas para o enfrentamento dessa situação, os informantes foram questionados em relação à sua percepção sobre a pobreza, suas principais condicionalidades e as formas com que as ações públicas acessadas pelas famílias interferem em nas condições de vida dessas famílias.

As metodologias qualitativas de entrevistas possibilitam relacionar as posições objetivas dos entrevistados, as práticas observadas e os pontos de vista subjetivos expressos nas falas (BEAUD, WEBER, 2003; SAUVAYRE, 2013). Com o propósito de evidenciar a posição socioeconômica dos indivíduos com sua própria percepção de pobreza e, assim, entender a concatenação entre pobreza objetivada e pobreza percebida, optamos por caracterizar os interlocutores, cujos trechos de entrevista foram mobilizados, destacando-se das famílias pobres, o gênero, o estado civil, a idade, o número de filhos, a ocupação e o grau de formação educacional.

## CONCEPÇÕES OBJETIVAS E SUBJETIVAS ACERCA DA POBREZA

O complexo fenômeno da pobreza tem uma expressão objetiva e outra subjetiva que não podem ser ignoradas (BAPTISTA, PERISTA & REIS, 1995). No primeiro caso, a escassez de renda representa a concepção mais imediata e generalizada da pobreza (SEN, 2000; LAVINAS, 2002), o que implica em distinguir os conceitos de pobreza relativa e absoluta. A renda é a soma de dinheiro que uma determinada pessoa dispõe para o seu consumo ou economia.

A pobreza relativa identifica a desigualdade social de uma população, determinada pela porcentagem de pessoas que possuem renda inferior à

renda média, ou seja, pela distribuição de renda de uma população. A sua definição se baseia no cálculo da renda *per capita* e permite definir o conjunto de pessoas para as quais as necessidades mínimas estão garantidas, mas que são pobres em relação ao conjunto (ou à média) da população (SÉLIMANOVSKI, 2008; ROCHA, 2006; LAVINAS, 2002).

A pobreza absoluta se refere à fixação de um padrão mínimo de vida ligado à sobrevivência física de uma pessoa e o valor resultante do cálculo desse padrão mínimo de vida define as linhas da pobreza extrema e da pobreza (ROCHA, 2006; LAVINAS, 2002). A linha da pobreza extrema considera a renda necessária para suprir apenas as necessidades nutricionais, enquanto a linha da pobreza é estabelecida a partir do cálculo do valor dos alimentos e de outras despesas, a exemplo, de moradia, vestuário e transporte (ROCHA, 2006).

No Brasil, o valor monetário, que define os beneficiários de programas sociais, cujo objetivo principal é a transferência direta de renda, representa o critério que prevalece para definir o número de famílias/pessoas pobres e extremamente pobres. O PBF consiste na principal política pública que adota a renda como critério de mensuração da pobreza. Em 2016, ano em que a pesquisa de campo foi realizada, as famílias consideradas na linha da extrema pobreza viviam com renda domiciliar *per capita* de até R\$ 85,00, enquanto na linha de pobreza estavam as famílias com renda *per capita* entre R\$ 85,01 e 170,00.

No que concerne à subjetividade da pobreza, uma das primeiras concepções foi elaborada por Georg Simmel (1858-1918), considerado o precursor da sociologia da pobreza. Essa categoria sociológica estuda simultaneamente a pobreza vivida pelas pessoas desfavorecidas social e economicamente, bem como a pobreza enquanto um elemento da consciência que as sociedades modernas possuem e que buscam superar (PAUGAM, 2013a).

Para Simmel (2011), tendo como referência a evolução das sociedades europeias, a análise de ações de assistência aos pobres permite perceber problemas relativos à definição do conceito de pobreza, além de permitir a compreensão dos modelos de construção da categoria de pobres e das suas complexas ligações com o conjunto da sociedade. Para esse autor, pessoas pobres, enquanto categoria social, não são aquelas que sofrem carências e privações específicas, mas aquelas que recebem assistência do Estado ou deveriam recebê-la de acordo com as normas de cada sociedade. Assim, nas sociedades modernas, os pobres constituem uma categoria sociológica única, pois quem define quem é pobre são as pessoas que não vivem em condições de pobreza.

Os aportes da geografia social auxiliam na compreensão da subjetividade da noção de pobreza. Na década de 1970, geógrafos franceses reivindicaram a



necessidade de integrar plenamente as representações sociais nas abordagens da geografia humana e social. Concebidas como verdadeiras “criações sociais ou individuais de esquemas pertinentes do real” (ANDRÉ et al., 1989, p. 4, tradução nossa), decorrentes de um sistema de valores, crenças, imaginário, memórias ou ainda de ideologias, essas representações foram tidas como um construto social, temporalmente e espacialmente situadas (ANDRÉ et al., 1989; GUÉRIN & GUMUCHIAN, 1985).

Devido à própria condição humana, essas mesmas representações ficam, no entanto, prisioneiras do real percebido pelo indivíduo e a “coisa em si” torna-se inacessível ao entendimento humano. Dito de outra forma, representações e percepções são os prismas cognitivos intransponíveis de qualquer fato, processo ou produto social, tanto quanto de qualquer ação (GUÉRIN & GUMUCHIAN, 1985). Nesse sentido, as contribuições da geografia social conceberam as práticas, representações e percepções do espaço vivido como elementos indissociáveis (DI MÉO, 2001; FRÉMONT, 1976).

Do ponto de vista da geografia social, a pobreza pode ser concebida como inscrita no espaço e produzida pelo espaço vivido. Em diálogo com a sociologia, trata-se de uma categoria necessariamente subjetiva, mas normatizada pelas representações humanas, políticas e científicas. Finalmente, para Le Lay (2016), inspirado nas reflexões de Debarbieux (1998) sobre a diversidade de representações, a pobreza resulta de uma representação “mental” performativa (opiniões, crenças, emoções, etc.) e, mesmo que ela seja socialmente construída nas escalas individual e coletiva, a representação individual é tributária de interações sociais e a representação social é incorporada pelos indivíduos (LE LAY, 2016).

O conceito de representação social enquanto ferramenta para a compreensão da subjetividade da pobreza se faz necessário, dado que a imagem que os atores institucionais possuem em relação a esse fenômeno influencia na formulação de diferentes políticas públicas, bem como na adoção de estratégias de intervenção e formas de colocá-las em prática (BAPTISTA; PERISTA & REIS, 1995). De acordo com Paugam (2013a), questionar-se sobre a representação social da pobreza significa indagar sobre o sentido que as pessoas dão a esse fenômeno e as interações que caracterizam a vida em sociedade.

Segundo Vala (1993), o conceito de representação social evidencia a dependência da ação em relação à atividade cognitiva e, de forma concomitante, associa a cognição à produção de sentido e à construção da realidade social. Ademais, as representações sociais não são simplesmente enunciadas sobre a realidade, mas correspondem a teorias sociais práticas sobre objetivos relevantes da vida dos grupos sociais. Em função das diferentes situações

socioeconômicas, da referência em relação às normas e valores, um mesmo objeto pode ser alvo de uma pluralidade de representações. Mesmo que as representações de um fenômeno tenham diferentes significados entre as pessoas, elas são decorrentes das inter-relações entre indivíduos e sociedade (GONDARD-DELCROIX, 2007; BAPTISTA; PERISTA & REIS, 1995).

## A REPRESENTAÇÃO DA POBREZA POR QUEM A VIVENCIA

O Brasil é reconhecido internacionalmente pelos dispositivos adotados para identificar e quantificar a pobreza, entretanto, sabe-se pouco sobre como os pobres vivenciam e representam esse fenômeno (COHN, 2012). Segundo Paugam (2013b), as pesquisas científicas sobre a representação social da pobreza são raras. Ou seja, o sentido que as pessoas dão ao fenômeno, a partir das experiências vividas e das interações que caracterizam suas vidas em sociedade, ainda não foi estudado com o devido aprofundamento. Sob essa perspectiva, se analisa, na sequência, as características das famílias pesquisadas relacionadas ao número de integrantes por família, acesso à previdência social, grau de escolaridade e, principalmente, como elas percebem a condição de pobreza por elas vivenciada.

Em média, as famílias inquiridas são compostas por cinco pessoas, portanto superior à média nacional que, em 2010, era de 3,3 pessoas IBGE (2010). Rego e Pinzani (2013) indicam vários elementos que contribuem para a existência de um maior número de pessoas entre as famílias pobres, como as desinformações sobre o controle de natalidade, a situação familiar que faz com que muitas mulheres não consigam realizar o planejamento do número de filhos e o culto de religiões que condenam o uso de métodos anti-conceptivos.

No Quadro 1, a seguir, consta o número de pessoas das famílias entrevistadas que são provedoras do sustento familiar, bem como sua faixa etária e a especificação de seu acesso ou não à previdência social. Nas quarenta famílias entrevistadas identificou-se a existência de quarenta mulheres e 27 homens responsáveis pela provisão de recursos materiais e o sustento dos integrantes das famílias. Em treze situações, as famílias são monoparentais e a responsabilidade dessas provisões ficava a cargo das mulheres. Nas demais famílias, o sustento material conta com a participação do casal.

No Brasil, o acesso universal à Previdência Social foi garantido no Art. 195 da Constituição Federal de 1988, mas a sua ampliação para os agricultores familiares e trabalhadores rurais, ocupações da maioria dos entrevistados, ocorreu somente em 1992. Esse sistema previdenciário tem como princípio a distribuição de renda para garantir que as famílias beneficiárias se situem

acima da linha da pobreza (DELGADO & CARDOSO Jr., 1999). A análise da estrutura etária dos principais provedores das famílias inquiridas indica que a maioria encontra-se em idade ativa e, portanto, integra o grupo de pessoas aptas para trabalhar. Mais da metade dos provedores do sustento não possui, no entanto, acesso à Previdência Social, seja porque não dispõe de Nota Fiscal de Produtor Rural (NFPR), documento comprobatório para fins de requisição de benefícios previdenciários de agricultores familiares, ou porque não exerce atividade assalariada com carteira profissional registrada. Isso significa que, além de estarem privados, no futuro, de se aposentarem por tempo de contribuição ou idade, não podem acessar na atualidade diferentes tipos de benefícios previdenciários, a exemplo dos auxílios em caso de doença, acidente e reclusão, bem como pensão por morte, salário maternidade e pensão por invalidez. Entre as pessoas que possuem acesso à previdência social, oito são agricultoras e comprovaram a contribuição por meio da NFPR e treze trabalham formalmente com carteira assinada em atividades agropecuárias e na construção civil.

Quadro 1: Número de pessoas provedoras do sustento familiar, por faixa etária, e mecanismo jurídico de acesso à Previdência Social

Faixa etária (anos)	Número de pessoas	Mecanismo jurídico de acesso aos benefícios da Previdência Social					
		Nota Fiscal de Produtor Rural	Carteira Profissional	Contribuição Previdenciária como Autônomo(a)	Indígena	Aposentado (a)	Sem acesso
20 a 29	13	1	1	0	4	0	7
30 a 39	19	2	3	1	1	0	12
40 a 49	20	4	4	1	0	0	11
50 a 59	14	1	4	1	0	2	6
60 ou mais	1	0	1	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>8</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>36</b>

Fonte: elaborado com base nas informações da pesquisa de campo.

Em 2011, para as pessoas de baixa renda acessarem a previdência social, em especial para as que exerciam atividades domésticas, o Governo Federal criou o sistema denominado “Facultativo de Baixa Renda (dona de casa)”. Para tanto, essas pessoas deveriam contribuir mensalmente para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com o valor de 5% de um salário mínimo (R\$ 44,4), cujo montante, em 2016, era de R\$ 888,00. Apenas três pessoas provedoras do sustento das famílias aderiram a essa forma de contribuição previdenciária. As demais, quando indagadas durante a entrevista sobre a

não adesão, mencionaram que o limitado orçamento doméstico não permitia dispor R\$ 44,40 por mês para a contribuição previdenciária.

As cinco pessoas indígenas entrevistadas são consideradas “seguradas especiais” em relação à previdência social. Ou seja, são passíveis de se aposentarem pelo critério de idade de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. Além disso, os indígenas têm acesso assegurado aos demais benefícios previdenciários sem a necessidade de contribuir mensalmente ou comprovar a condição de produtor rural. Os agricultores familiares também são assegurados especiais, mas para se aposentarem, além do critério de idade, precisam comprovar 15 anos de contribuição para o INSS. Por fim, apenas duas entrevistadas estavam aposentadas na condição de agricultoras familiares (Quadro 1). Em relação à previdência social, as mulheres enfrentam mais dificuldades do que os homens para comprovar sua condição de segurada especial, pois na divisão das tarefas por gênero ficam responsáveis pelas atividades domésticas. Isso se configura no principal empecilho para conseguirem trabalho renumerado e formal.

De maneira geral, a análise dos resultados da pesquisa indica que as pessoas pobres do Território Meio Oeste Contestado têm uma vida laboral regida pela insegurança e pela instabilidade devido à sazonalidade das atividades agropecuárias e da construção civil. Além de não garantirem uma renda fixa mensal, na maioria das vezes, as atividades remuneradas são exercidas na informalidade. Com frequência não conseguem atuar por muito tempo num mesmo emprego, o que dificulta a permanência numa mesma profissão ou ocupação, induzindo a intercalar atuação em empregos formais e informais, o que compromete, também, a regularidade da contribuição previdenciária.

Para Cohn (2012), a previdência social foi construída para assistir os setores formais urbanos do mercado de trabalho. Não obstante, quando foi ampliada com o intuito de atender às populações pobres, as regras mostraram-se incompatíveis com a trajetória de trabalho e de vida das pessoas. No Meio Oeste Contestado, observamos o mesmo ciclo vicioso identificado por Cohn (2012, p. 65-66): “[...] ausência de oportunidade de trabalho → aposentadoria/auxílio doença (no geral, negados) → Bolsa Família [...]”.

O acesso à educação, direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, representa outro aspecto priorizado na análise neste artigo sobre a condição de pobreza. O Quadro 2, demonstra o nível de escolaridade dos principais provedores do sustento das famílias inquiridas.

Quadro 2: Quantidade de provedores do sustento por faixa etária em relação ao nível de escolaridade

Faixa etária (anos)	Quantidade de pessoas	Escolarização				
		Não alfabetizada	1º grau		2º grau	
			Incompleto	Completo	Incompleto	Completo
20 a 29	13	2	9	0	1	1
30 a 39	19	2	12	3	2	0
40 a 49	20	7	11	1	0	1
50 a 59	14	5	9	0	0	0
60 ou mais	1	1	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>67</b>	<b>17</b>	<b>41</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2</b>

Fonte: elaborado com base nas informações da pesquisa de campo.

A maioria dos provedores do sustento das famílias possui baixo grau de escolaridade ou simplesmente não foi alfabetizada. A necessidade de trabalhar ainda quando criança e a falta de acesso às condições materiais (transporte, vestuário, material didático) foram os principais motivos pelos quais não estudaram ou frequentaram por pouco tempo a escola na idade adequada. Essas pessoas também foram privadas do direito à educação de jovens e adultos, mesmo este sendo assegurado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Isso se deve principalmente à incompatibilidade da oferta dos programas de educação de jovens e adultos com a vida laboral que possuem. A frequência escolar é um entrave para as pessoas que trabalham em períodos noturnos e em atividades sazonais, bem como para as que precisam se deslocar das zonas rurais para estudar nos centros urbanos, devido à falta de transporte.

Sobre a percepção da pobreza, entre as quarenta famílias contempladas pela pesquisa de campo, 21 se consideram pobres, treze não se reconhecem nessa situação e seis não opinaram. A maioria das 21 famílias que reconhece viver em situação de pobreza estabelece uma relação entre sua atual situação e a trajetória dos seus antepassados. Esses, historicamente, sofreram privações de acesso a direitos sociais básicos e de meios de produção, principalmente a terra. Estudos realizados em distintas regiões brasileiras (MATTEI, TECCHIO, 2013; MATTEI, MALUF, 2011) e também em Madagascar (GONDARD-DELCROIX, 2007) corroboram com a correlação entre pobreza e acesso precário a terra.

Uma parcela menor das 21 famílias entrevistadas que se considera pobre atribuiu a vivência nesta condição a não possuírem recursos financeiros suficientes para as necessidades básicas, tais como alimentação, roupas, calçados

e remédios. O fato de não serem proprietárias da casa onde residem; dessa não ser adequada às condições climáticas da região, que registra invernos rigorosos; e da família ser extensa representam outro conjunto de indicadores da situação de pobreza dessas pessoas, como evidenciado nesse trecho de entrevista: “Eu espero um dia conseguir melhorar, reformar a casa, esse é o meu sonho. [...] Fazer uma [casa] maior para as crianças, porque para elas é muito apertado. Elas dormem todas juntas na sala” (mulher monoparental, 36 anos, cinco crianças, doméstica e faxineira, não alfabetizada, maio/2016).

A impossibilidade de trabalhar devido a problemas de saúde ou desemprego é percebida também como um fator condicionante da situação em que se encontram, como corrobora o trecho de entrevista a seguir: “Hoje eu sou pobre, porque, no tempo que eu podia trabalhar, os meus filhos nunca passaram fome, trabalhei sozinha, deixava eles aqui dentro [na casa], um pedaço de carne nunca faltou, pão também não. Porque, se a gente tem serviço, não tem como dizer ‘eu sou pobre’” (mulher viúva, 52 anos, doméstica e desempregada, 1ª série, maio/2016). O desemprego e os baixos salários foram identificados como condicionantes de pobreza por populações urbanas de Porto, em Portugal (BAPTISTA; PERISTA & REIS, 1995), o que indica que essa não é uma especificidade das populações de pequenos municípios rurais brasileiros.

O principal argumento mobilizado pelas treze famílias que não se consideram pobres é o de que as condições de vida melhoraram muito em relação ao período que antecedeu a existência de políticas sociais instituídas no primeiro Governo Lula. Segundo uma das famílias entrevistadas “pobreza é sofrimento. Eu sou rica e feliz. Eu morava num barraco, nem panela eu tinha para cozinhar. Hoje temos panelas, fogão, mesinha [...]. Tem tudo o que precisa” (mulher casada, 58 anos, um adolescente, doméstica, não alfabetizada, abril/2016).

Neste grupo de família, o acesso a bens materiais mínimos necessários à sobrevivência explica, em grande parte, a auto-exclusão da categoria de pobres. De acordo com Costa (1984), o confronto da situação atual com o de um período anterior da vida é uma das características da subjetividade da pobreza. Nesse mesmo sentido, algumas famílias não se consideram pobres por possuírem trabalho - formal ou informal - além de disporem de saúde e de uma família unida. Nem todas as pessoas entrevistadas correlacionam a sua condição de pobreza a bens materiais. Para essas, ser pobre tem correlação com a desestruturação da família ou a não demonstração de compaixão e amor ao próximo, como relata uma entrevistada: “Pobre é a pessoa que não tem amor, porque com o resto a gente se vira” (mulher casada, 38 anos, uma criança, doméstica, 4.ª série, maio/2016).

Para as treze pessoas que não se consideraram pobres e para as seis que não responderam à questão, o fato de não se identificar com a condição de pobreza pode representar uma forma de não aceitar um *status* social desqualificado, quase sempre decorrente da situação de não estar inserido no mercado de trabalho formal. Essa situação de recusa em aceitar a condição objetiva de pobreza necessita, no entanto, ser aprofundada a partir de novos estudos empíricos. De acordo com Paugam (2013a) e Rahnema (2004), o *status* social repousa, em grande medida, sobre a participação das pessoas nas atividades produtivas, o que desvaloriza as que querem e podem trabalhar, mas as suas aptidões não correspondem às exigências do mercado. As pessoas pobres do Território Meio Oeste Contestado têm dificuldades de se inserir no mercado formal de trabalho por não disporem de saúde física e escolaridade ou, no caso das mulheres, por serem também responsáveis pelas atividades domésticas.

## ESTIGMATIZAÇÃO DO "POBRE" NO DISCURSO DE ATORES INSTITUCIONAIS

A região de estudo apresenta um elevado dinamismo econômico associado a famílias descendentes de imigrantes europeus, com destaque para italianos e alemães, cujo processo de colonização se deu de forma mais intensa entre o final do século XIX e início do século XX (D'ANGELIS, 1995; RENK, 2006). A exclusão da população nativa e mestiça representa a principal característica desse processo e explica, em grande medida, inúmeros estigmas que se mantiveram ao longo dos anos.

O processo histórico de ocupação recente da região Oeste de Santa Catarina induziu a população cabocla a enfrentar distintas formas de privações que reduziram suas capacidades para se reproduzir socialmente. O contínuo processo de expropriação de terras figura entre a principal forma de exclusão social. O entendimento de que a pobreza vivenciada por esse grupo social está correlacionada à privação do acesso aos principais meios de produção corrobora com resultados de outras pesquisas feitas na região Oeste de Santa Catarina (TECCHIO, 2017; MELO, 2015; PODELESKI, 2014; TECCHIO; CAZELLA & MATTEI, 2011).

A maneira como os atores institucionais veem os pobres permite a reflexão sobre quais políticas públicas julgam importantes para a superação da pobreza. Além disso, esses profissionais dispõem de margens de manobra no processo de implementação das políticas públicas na esfera territorial (LIPSKY, 1980; ANGST & DAL SOGLIO, 2018). A sua maior ou menor propensão em acionar esse poder discricionário a favor de uma maior inclusão

de beneficiários de políticas públicas explica, em grande parte, as diferenças, por vezes significativas, dos resultados registrados em distintos territórios.

Na percepção desses atores, os grupos populacionais mais pobres do Território Meio Oeste Contestado pertencem às etnias cabocla e indígena. As famílias caboclas que vivem no meio rural são proprietárias ou posseiras de pequenas quantidades de terras e de lotes em vilas rurais, ou pertencem à categoria de agricultores assentados pelas políticas de reforma agrária. Já a maior parte dos caboclos que reside nas áreas urbanas é proprietária ou posseira de lotes localizados em bairros “periféricos”, em áreas de risco ambiental, ou vive em conjuntos habitacionais financiados pelas políticas de habitação de interesse social, voltadas para a população de menor renda. Os trechos de entrevistas a seguir expressam o entendimento de alguns atores institucionais a respeito da pobreza vivenciada pelos caboclos:

Elas [as famílias pobres] são de origem cabocla, são mais discriminadas na sociedade. [...] eles já tinham pouca terra, trabalhavam como agregados, para os outros. [...] algumas conseguiram um pouco de terra, mas não é suficiente (delegado do Codeter e presidente de uma cooperativa ligada à agricultura familiar, maio/2016).

Eles não são organizados. Eles estão espalhados. Eles moram no meio urbano, mas trabalham em atividades agropecuárias. Corte de erva-mate e limpeza e plantio de pinus. A mecanização da agropecuária diminuiu a contratação da mão de obra dos caboclos (prefeito, abril/2016).

A maioria dos atores institucionais percebe as populações pobres de maneira estigmatizada, como sugere o trecho de entrevista com um gestor público em relação aos caboclos: “Em grande parte, são... assim, de pele mais escura [...] os que trabalham, trabalham na fundição [de metais]. A fundição não exige trabalho muito qualificado, nem escolaridade, então os caboclos aprendem o ofício e ficam trabalhando na fundição” (secretário municipal de administração, outubro/2014). Por não se tratar de uma conversa informal, os entrevistados omitem a opinião genericamente compartilhada na região de estudo que rotula a população de origem cabocla como avessa à ética do trabalho e propensa ao ócio. A passagem da entrevista que faz menção aos “que trabalham” pressupõe a suposta existência de uma parcela que não trabalha, ademais acaba por desqualificar um trabalho realizado por diversas pessoas nesse contexto.

Em Santa Catarina há aproximadamente 9.175 indígenas. O Território Meio Oeste Contestado abriga uma população de 5.432, correspondendo a 60% contingente dessa etnia no estado. No Território estudado, prevalece a população que pertence ao povo Kaingang, porém, uma parcela reduzida integra o grupo Guarani (SANTA CATARINA, 2008). Em sua maioria,



residem em duas terras indígenas (Xaçpecó e Toldo Embu). Não obstante, uma pequena parcela mora em bairros periféricos ou em lotes ocupados em comunidades rurais. O número de indígenas de Santa Catarina foi informado pela Fundação Nacional do Índio, mediante solicitação realizada junto à Coordenação Regional Interior Sul de Chapecó, em maio de 2016, e à Coordenação Regional Litoral Sul, localizada em São José, em março de 2017. Devido à intensa mobilidade das famílias, o número de indígenas informado é aproximado.

Conforme visto, os indígenas também são considerados pobres pelos atores institucionais<sup>7</sup>. O trecho de entrevista abaixo apresenta o depoimento de um gestor público, que utilizou o caso de uma família indígena para exemplificar a pobreza vivenciada pelos integrantes dessa etnia:

E na conversa [com a família], eu descobri que eles estavam morando em seis na casa, mais a criança que estava no hospital e que iria logo para casa. Nem o atual marido dela trabalhava, nem ela trabalhava. Eles estavam morando num barraco, coberto de lona que o município doou para ela poder construir, de chão batido, e quase não tinha móveis. Tem energia elétrica por conta de um rabicho [condutor elétrico] que eles puxaram da casa de outro indígena. Uma situação bem triste se você for ver. Mas aí tu entra e olha pela ótica que nem o pai, nem ela tinham emprego, não porque eles queriam trabalhar e não conseguiram emprego. É porque eles não queriam trabalhar. Eles não tinham interesse no trabalho. Com cinco filhos, ela tinha uma Bolsa Família, eu não sei quanto que dá hoje, mas acho que uns quinhentos reais, com uma quantia dessa de filhos. E todos os filhos dela, a gente conhece a família, todos os filhos têm problema de desnutrição, por conta de não ter alimentação em casa o suficiente, por conta da mãe e o pai não conseguiram providenciar. Inclusive ela própria tem problema de fraqueza. Tanto é que uma criança nasceu debilitada (secretário de planejamento, maio/2016).

Nesse trecho é reiterado que a família indígena está privada dos direitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988. Sen (2000) considera primordial que as pessoas possam participar da sociedade, cumprir suas obrigações e estabelecer relações sociais, de acordo com os costumes e as normas vigentes localmente. Para tanto, segundo Sen (2008 e 2000), as capacidades básicas das pessoas precisam ser aumentadas, o que ocorre quando elas dispõem de liberdades. Essas, por sua vez, dependem de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas, facilitadas por intermédio dos serviços de saúde e educação, além dos direitos civis e a liberdade de participar de discussões públicas. A privação de uma categoria de liberdade implica a privação de outras liberdades: “a privação da liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2000, p. 23).

A vivência na condição de pobreza também foi manifestada por dois prefeitos que correlacionam essa situação com o fato dos pobres, sejam eles caboclos ou indígenas, não quererem trabalhar, conforme trechos de entrevistas apresentados:

Tem muita família acomodada. Sabe aquela pessoa que se acomoda com o que recebe de uma bolsa [Programa Bolsa Família], uma cesta básica, ou porque é mais fácil. Eu não sei. Porque tem condição de eles trabalhar (prefeito, maio/2016).

Não tem muita pobreza no nosso município, pobreza mesmo não tem sabe? Tem emprego, sabe? Ou carpir um lote. Ou ir lá no interior que todo mundo contrata para plantar alguma coisa. [...] Todo mundo pode trabalhar. Os frigoríficos passam aqui [disponibilizam ônibus para transportar as pessoas até o local de trabalho]. Tem ônibus que sai daqui de madrugada, de tarde, de noite (prefeito, maio/2016).

Para Rego e Pinzani (2013), no Brasil, o estereótipo de que os pobres são vagabundos é um dos fenômenos mais brutais da sociedade e está associado ao cruel e nefasto fato, criado durante a escravidão, de que os negros escravos só trabalhariam sob a brutal violência física, por serem preguiçosos, lenientes e lascivos. Moura Jr. e Ximenes (2016) destacam que os profissionais do serviço público, principalmente os que atuam junto às populações pobres, devem evitar a reprodução da estigmatização desse fenômeno. A percepção sobre causas da pobreza que os atores institucionais entrevistados neste estudo possuem não destoam daquela que predominante na população brasileira. Ou seja, “[...] a visão de que a pobreza é falta de esforço individual, visão que responsabiliza em primeiro lugar os próprios pobres por sua condição social” (LAVINAS et al., 2014, p. 132). Percebe-se uma completa desconsideração das condições históricas diferenciadas vividas pelas distintas populações e etnias que ocupam a região de estudo.

De acordo com Moura Jr. e Ximenes (2016), essa identidade social estigmatizada das pessoas pobres se estrutura em pressupostos, em formas cristalizadas de reconhecimento do indivíduo, as quais enfraquecem as possibilidades de mudança, tanto do indivíduo reconhecido por esse prisma identitário estigmatizado quanto da própria construção de sua identidade. A estigmatização faz com que os pobres acabem por expressar um tipo de discurso a favor de uma autodeterminação excludente, colocando-se diante do outro de forma depreciativa.

Entretanto, as contradições entre os distintos discursos construídos nessas situações nem sempre são desveladas facilmente. As divergências de interesses podem estar camufladas até mesmo por ações e falas que aparentam concordâncias, mas que são adotadas devido à imposição de um grupo

social a outro (SCOTT, 2004). A compreensão dessas situações de dominação não explícitas exige, sobretudo, a leitura de seus indícios sutis. É preciso analisar para além do que foi dito para distinguir um discurso público de um discurso oculto, afinal, o que foi pronunciado publicamente pode ocultar reais anseios, opiniões e desejos de quem o profere. Muitas vezes, esse comportamento público é exigido àqueles que estão sujeitos a formas refinadas e sistemáticas de subordinação social.

A pessoa em situação de pobreza pode sentir-se humilhada e envergonhada por conta de sua condição socioeconômica, o que também se delinea como um fator enfraquecedor de sua habilidade de enfrentamento de tal situação (ZAVALETA, 2007). Esse sentimento pode ser agravado quando o indivíduo se depara com um ambiente no qual seus valores culturais destoam daqueles considerados comuns, ou mesmo com um ambiente no qual a dominação por parte de certos grupos é mais intensa.

Na prática, a dominação cria o discurso oculto, cuja riqueza é proporcional à severidade da dominação nesses ambientes compartilhados. Quanto maior o poder daqueles que se figuram como dominadores em dada situação social, mais os interesses reais dos que se encontram subordinados ficam excluídos do discurso público e, conseqüentemente, mais arraigada estará uma linguagem mascarada. A definição da fronteira entre esses discursos é o que está em jogo na dinâmica relacional entre os indivíduos que ocupam a posição de dominadores e aqueles que se encontram na condição de dominados (SCOTT, 2004).

Dito de outra maneira, as relações entre os grupos de poder e os subordinados constituem o encontro dos discursos públicos dos primeiros com o dos segundos. A compreensão dessas situações sociais exige discernimento, visto que são dinâmicas e se reconstróem conforme a reação e habilidade dos indivíduos (SCOTT, 2004). Um indivíduo que se encontra na situação de dominado em determinada circunstância pode adotar um comportamento dominante em outra conjuntura social, assim como o contrário também é possível.

Apenas um grupo minoritário de atores institucionais do Território Meio Oeste Contestado correlacionou a existência da pobreza com as decisões políticas que foram tomadas historicamente pelo Estado, evidenciando as melhorias nas condições de vida das populações pobres ocorridas a partir do início da década de 2000:

A pobreza só existe se tu não der condições. Não existe pessoa que queira ser pobre. Às vezes, ele não teve oportunidade. Talvez seja uma condição de falha do Estado, talvez a gente pudesse agir de forma mais eficaz, de pegar esses bolsões ou essas famílias para que a gente pudesse dar um treinamento ou uma educa-

ção para que a gente pudesse inserir essas pessoas em uma outra condição, mas percebo que aqui na nossa região, na atividade rural, essa pobreza que a gente enxergava duas décadas atrás, ela foi superada (gestor público de uma instituição intermunicipal, abril/2016).

As possíveis melhorias das condições de vida e a redução da pobreza não se devem apenas às políticas territorializadas, embora essas incluam um conjunto de ações (bolsa família, saúde, educação, habitação e outras) que influenciam positivamente no dia-a-dia das famílias pobres. Desde 2003, o Brasil combinou modestas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto com a redução da pobreza e da desigualdade. Essa combinação foi facilitada pela conjugação de instrumentos, sendo que os principais foram “a recuperação do valor real do salário-mínimo e, com ela, dos benefícios da seguridade social (com forte impacto no meio rural), investimentos públicos estimulando a geração de empregos, amplo programa de transferência de renda e forte apoio à agricultura familiar” (MALUF, 2013, p. 61).

## QUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS SÃO ACESSADAS PELOS POBRES?

Na percepção das famílias pobres, a transferência de renda por meio do Bolsa Família foi a política que mais contribuiu para as melhorias na qualidade de vida, pois os recursos financeiros garantiram parte da alimentação, aquisição de materiais escolares, roupas e calçados para as crianças e adolescentes que frequentam a escola. Em períodos de sazonalidade do trabalho, desemprego ou problemas de saúde, o PBF representa a fonte principal de recurso para aquisição de alimentos básicos, como pode ser observado neste depoimento: “Antigamente, tipo, esses tempos atrás tinha colheita de milho, era tudo a mão, agora tem máquinas para colher; feijão, também, nós pegava empreitada grande para arrancar, agora não tem mais, dificultou bastante. Quando não tem serviço, o dinheiro da Bolsa [PBF] ajuda a comprar as coisas básicas” (mulher casada, 32 anos, três crianças, agricultora e doméstica, 5ª série, abril/2016).

Uma das regras do PBF é que, entre os provedores do sustento, a mulher seja a titular do cartão, de forma a ser a gestora principal dos recursos. A importância da titularidade do cartão para as mulheres verificada no Meio Oeste Contestado corrobora os resultados da pesquisa realizada por Rego e Pinzani (2013) no nordeste brasileiro. Para as mulheres, significa uma garantia maior de conseguir suprir as necessidades familiares básicas. Ademais, o recebimento de renda mínima regular representa a primeira oportunidade de gerir recursos financeiros e, a partir disso, aprender sobre economia financeira e planejamento do uso do dinheiro. Entretanto, isso não significa

que tais mulheres conquistaram a autonomia financeira e se libertaram, no sentido formulado por Sen (2000), de formas diversas de opressão e de submissão, dentre elas a conjugal.

Nas entrevistas, quase todos os provedores do sustento das famílias reconhecem as melhorias ocorridas em relação ao acesso e às condições para que as crianças e adolescentes frequentem a escola, como podemos observar neste trecho de entrevista: “Uma vez não tinha transporte, hoje tem, não tinha roupa para ir à escola, não tinha sacola, era um pacote de açúcar, hoje tem mochila [...] a escola era longe, tinha que ir à pé, agora tem transporte” (mulher casada, 38 anos, uma criança, doméstica, 4.ª série, abril/2016).

Os responsáveis familiares também evidenciam a importância do aumento da quantidade e da qualidade da alimentação escolar para a segurança alimentar dos filhos menores. Parte dos alimentos dessa política é produzida por agricultores familiares e adquirida por intermédio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A principal finalidade desses programas institucionais, para além de representar um incentivo à agricultura familiar, consiste na promoção do acesso à alimentação, por pessoas em vulnerabilidade socioeconômica. As famílias entrevistadas mencionam que, quando as crianças se alimentam bem na escola, o consumo de alimentos em casa diminui. Conforme verificado por Tecchio et al. (2018), isso se mostra relevante para os domicílios que possuem orçamentos significativamente limitados.

Tanto os atores institucionais quanto as famílias entrevistadas percebem que, nos últimos anos, período que coincide com a maior alocação de recursos financeiros nos municípios estudados por meio do PTC, aumentou a construção de escolas, creches, unidades de saúde, ampliação do serviço de assistência social, entre outros, em bairros periféricos ou em vilas rurais distanciadas dos centros urbanos. Para uma parte das famílias entrevistadas, a proximidade física desses serviços melhorou o acesso à informação, saúde pública e educação. Todavia, as famílias que não residem próximo a essa infraestrutura continuaram com acesso restrito a esses serviços.

A grande maioria das famílias de agricultores entrevistados nunca acessou políticas de inserção produtiva. Ou seja, esses agricultores não são beneficiados por ações do Estado que visam aumentar a produção agropecuária, a exemplo das políticas de crédito agrícola, assistência técnica, aquisição institucional de alimentos e, em específico, o Pronat. Nem o fato do MDA considerar os povos tradicionais como público prioritário a ser atendido pelo Pronat fez com que, no Meio Oeste Contestado, os indígenas e os caboclos tivessem oportunidade de acessar recursos desse Programa. O Programa Brasil Sem Miséria, implementado em 2011 para apoiar a inser-

ção produtiva de famílias extremamente pobres residentes no meio rural, foi acessado somente por duas famílias contempladas neste estudo. Isso se deve, entre outros motivos, à reduzida abrangência dessa política em função de limitações orçamentárias e da maioria das famílias extremamente pobres não integrar as redes sociotécnicas das principais organizações rurais responsáveis pela implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

No Brasil, de maneira geral, as ações públicas de desenvolvimento rural elaboradas como alternativas ao modelo produtivista atendem agricultores familiares melhor estruturados do ponto de vista socioeconômico, sendo que as famílias rurais pobres são assistidas por políticas sociais (CAZELLA, 2006; CAZELLA et al., 2016). A exclusão de famílias de agricultores pobres das principais redes sociotécnicas constituídas por organizações profissionais agrícolas foi identificada na região Oeste de Santa Catarina (MELO, 2015; TECCHIO, 2017) e no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (MEDEIROS et al., 2019).

## A SUPERAÇÃO DA POBREZA NA OPINIÃO DOS GESTORES INSTITUCIONAIS

Dado que a territorialização das ações públicas por meio do PTC focou o enfrentamento da pobreza, os atores institucionais foram indagados sobre a percepção em relação à contribuição dessas ações para a melhoria das condições de vida da população pobre, bem como sobre quais políticas públicas deveriam ser ampliadas ou formuladas para a superação da pobreza. Quase todos argumentaram que as ações da política territorial aliviaram a pobreza no Território Meio Oeste Contestado por meio da construção de escolas, creches, unidades de saúde e habitação de interesse social, além de melhorias na qualidade do transporte escolar (aquisição de veículos novos), de infraestrutura (estradas e energia elétrica) e das políticas de inclusão produtiva.

Quando questionados a respeito de como o Estado deveria atuar para avançar no enfrentamento da pobreza no Território Meio Oeste Contestado, esses atores sugeriram a ampliação do aporte de recursos financeiros para as políticas sociais, econômicas, agrárias e de inserção produtiva. Em relação a esse tema, vale mencionar que por políticas sociais entende-se as ações do Estado direcionadas a assegurar a todos os cidadãos os direitos salvaguardados no Art. 6 da Constituição Federal de 1988, com destaque para educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, além de assistência aos desamparados. E dentre essas políticas, os gestores públicos apontaram como

ação importante para as populações pobres à ampliação dos investimentos em habitação de interesse social e do acesso à saúde e educação.

Alguns dos atores institucionais assinalaram a relevância de dar continuidade ao acesso à educação pública para jovens e adultos que não frequentaram a escola na idade adequada, mas apenas um entrevistado enalteceu o empenho do poder público municipal para propiciar educação às populações pobres. As iniciativas nessa área, segundo ele, acabam não obtendo o resultado esperado porque as atividades profissionais exercidas pelas populações pobres exigem, por vezes, que se ausentem do local de domicílio durante períodos de uma semana, quinze dias ou até um mês, situação também apontada pelas próprias famílias entrevistadas. Não raro, alguns migram em busca de melhores condições de emprego, dificultando a participação regular em cursos escolares.

No que se refere às políticas de saúde, os atores institucionais percebem a necessidade de aumentar o investimento na ampliação da rede de coleta e tratamento de esgoto, pois as localidades mais deficitárias em relação à prestação desse serviço são habitadas por populações pobres que moram na periferia do meio urbano. De maneira geral, os gestores públicos reconhecem a deficiência de ações de saneamento básico, porém apenas um deles destaca que priorizou investimentos nessa área, quando foi prefeito por três gestões (12 anos).

Em suma, sobre os direitos sociais salvaguardados no Art. 6º da Constituição Federal, os atores institucionais mencionaram a necessidade de aumentar os investimentos públicos para moradia, educação, saúde e saneamento com ênfase para o tratamento de esgoto. Nenhum deles fez referências ao acesso universal à alimentação, lazer, segurança e previdência social, nem à proteção a maternidade, infância e aos desamparados do ponto de vista social. Tampouco se reportaram ao PBF, apontado por alguns pesquisadores (SILVA & SCHNEIDER, 2015; CAMPELLO & NERI, 2013; REGO & PINZANNI, 2013) como a principal ação destinada às populações pobres para atender de maneira imediata as necessidades emergenciais, sobretudo a fome e desnutrição.

Em relação às políticas econômicas, os gestores públicos ressaltaram o propósito de aumentar o número de empregos e opções de renda para a população pobre. O apoio à criação de empresas, em especial indústrias, é a principal estratégia sugerida por eles com o propósito de aumentar a oferta de emprego. Além de incentivarem a instalação de indústrias nos municípios por meio do fornecimento da infraestrutura básica, a exemplo da concessão de terreno, instalação elétrica e de água e pavimentação, os gestores públicos sensibilizam as pessoas, principalmente pobres, para se qualificarem para o

mercado de trabalho com a divulgação de cursos profissionalizantes oferecidos de maneira gratuita por escolas técnicas federais.

Note-se que a ênfase, invariavelmente, recai sobre o setor industrial e nenhuma menção espontânea é feita sobre alternativas de inserção produtiva de populações pobres no setor agropecuário, principal vocação econômica dos municípios pesquisados. A possibilidade de inserção produtiva dessas populações somente é mencionada quando o questionamento direciona o gestor entrevistado para o tema. Quando isso acontece, em geral, entre delegados do Codeter, o acesso a terra por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) é a referência mais recorrente.

A principal crítica tecida pelos delegados do Codeter ao PNCF já havia sido verificada por Gomes (2013), em um estudo realizado no Oeste de Santa Catarina. À luz de suas investigações, a autora constata que os recursos não permitem a aquisição de terras em quantidade suficiente e nem de qualidade adequada, assim como não possibilita o acesso necessário a implementos agrícolas, animais, e insumos e a construção de instalações produtivas. Nesse sentido, o PNCF é viável para os agricultores familiares que já dispõem seja da infraestrutura necessária para iniciar as atividades agropecuárias seja de recursos econômicos para adquiri-la. Nenhum ator entrevistado mencionou a reforma agrária como uma política de superação da pobreza, embora a zona de estudo tenha vários assentamentos de agricultores sem-terra.

Quanto às políticas de inclusão produtiva para o enfrentamento da pobreza, os delegados do Codeter apontaram a necessidade de adequação do crédito rural às condições das famílias pobres. Todavia, a modalidade “B” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), linha de microcrédito destinada a agricultores pobres (AQUINO & BASTOS, 2015), não foi mobilizada no enfrentamento da pobreza no Território Meio Oeste Contestado. De acordo com Silva (2017), nos debates ocorridos no Conselho Estadual do Pronaf de Santa Catarina, a operacionalização do Pronaf B ficou sob a responsabilidade do Banco do Brasil, pois nenhuma outra instituição de crédito se interessou em implementá-la, nem mesmo o sistema cooperativo auto denominado “solidário”, constituído na região a partir do início dos anos 1990 por uma rede de organizações da agricultura familiar. Como os agricultores pobres não representam o público prioritário do Banco do Brasil e sequer estão inseridos no sistema financeiro, o microcrédito não figura entre as políticas públicas de inserção produtiva implementadas na região de estudo.

Para avançar no enfrentamento da pobreza, os atores institucionais apostam na priorização das políticas sociais, econômicas e de inserção produtiva. De maneira geral, eles reforçaram a necessidade de ampliar o aporte



de recursos financeiros a um conjunto restrito de ações públicas já existentes. Vale destacar que nenhuma política nova ou a implementação territorializada de ações foi sugerida como estratégica. Ademais, há uma contradição, pois as políticas públicas que os pobres acessam não foram citadas pelos atores institucionais como importantes para a superação da pobreza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A respeito da percepção sobre a própria situação de pobreza, algumas famílias entrevistadas se consideram pobres e correlacionam a vivência nessa condição a fatores históricos, pois possuem uma trajetória marcada pela expropriação da terra e exclusão do acesso aos direitos sociais. Tais fatores são mencionados como impeditivos de melhorias nas condições de vida por meio de acesso a emprego ou da obtenção de renda a partir da produção agropecuária. Outro grupo de famílias não se considerou pobre, uma vez que, na última década, teve melhores condições de acesso à saúde, educação e trabalho, na maioria das vezes, informal. Independentemente de se considerarem ou não pobres, essas famílias não estão conformadas com a situação em que vivem e têm a percepção da necessidade de políticas públicas sociais e de inserção produtiva para alcançarem o bem-estar desejado.

O resultado da pesquisa indica que certas situações objetivadas de pobreza (falta ou baixa renda, ausência de trabalho ou precariedade do emprego, família numerosa, mulheres monoparentais) nem sempre produzem uma autoclassificação pelos indivíduos como sendo “pobres” ou uma autopercepção negativa da pobreza. Vários elementos podem explicar as discrepâncias sobre as representações da pobreza, a exemplo da associação dessa condição à insuficiência de recursos materiais, da estigmatização social, do bem-estar e felicidade, entre outras, bem como de mudanças ao longo do tempo na situação familiar (comparação entre o “antes” e “agora”), da dimensão histórica e sociocultural da marginalização social, com destaque para o acesso precário à terra, entre outras.

As ações territorializadas, principalmente as do PTC, contribuíram para a melhoria das condições de vida das populações pobres do Meio Oeste Contestado, devido ao maior acesso a serviços públicos e a direitos sociais. Permanece, contudo, o desafio do Estado, por um lado, de ampliar os investimentos nessas políticas, tendo em vista que nem toda a população pobre as acessou na sua plenitude e, por outro, de investir em ações para superar os condicionantes históricos e estruturais da pobreza, por exemplo, de políticas de acesso a terra e de regularização fundiária, já que muitos são posseiros das áreas onde vivem e, por vezes, produzem.

Os atores institucionais não mencionaram a relevância de políticas sociais, a exemplo do Programa Bolsa Família e dos benefícios da Previdência Social, enquanto ações públicas para o enfrentamento da pobreza. Tampouco se referiram ao acesso a terra via Programa Nacional de Reforma Agrária para tal. O fato de praticamente todos os atores institucionais perceberem os pobres de maneira estigmatizada, com ênfase para a indisposição ao trabalho como forma de prover o seu próprio sustento, representa um gargalo na execução de ações públicas de enfrentamento da pobreza. Quando os atores institucionais culpam os pobres pela condição em que vivem, em alguma medida desconsideram a real necessidade de implementar ações públicas diferenciadas e territorializadas de enfrentamento da pobreza. Outra questão que contribui para essa visão se refere ao desconhecimento por parte desses atores da diversidade de situações vividas pelas famílias pobres, pois concebem a pobreza como um fenômeno homogêneo (TECCHIO, 2017). Em suma, as ações públicas de enfrentamento à pobreza são geridas por essa perspectiva dos atores institucionais, sem levar em consideração a percepção de pobreza pelas famílias pobres e das distintas estratégias adotadas para contornar essa situação.

Os resultados deste estudo, seja do ponto de vista das famílias ou dos atores institucionais, evidenciam a dimensão espacial e temporal da percepção e das representações sociais da pobreza, em conexão com a especificidade do território estudado (sua história e seu povoamento). Esses resultados confirmam, em suma, a necessidade da continuidade de estudos sobre a pobreza de forma a combinar abordagens históricas, geográficas, sociológicas e econômicas. Outrossim, corroboram a reflexão de que as percepções e representações da pobreza estão intimamente ligadas aos processos de desqualificação, estigmatização e exclusão social, portanto à posição social.

Por fim, vale mencionar que, em 2016, ocorreu a promulgação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241, que, no ordenamento jurídico, passou a ser denominada Emenda Constitucional nº 95. Tal Emenda delimitou os gastos públicos, durante 20 anos, reduzindo investimentos do Governo Federal de 20% para 12% do Produto Interno Bruto, entre os anos de 2017 e 2036 (GAITÁN, 2019). Isso não gera esperanças de que o País, em médio e curto prazo, avance no enfrentamento da pobreza. Entretanto, os estudos da subjetividade da pobreza e das ações públicas destinadas a populações pobres podem contribuir, futuramente, na proposição de políticas eficazes ao enfrentamento desse quadro histórico de exclusão social. O êxito de ações públicas dessa natureza passa por situá-las numa perspectiva mais ampla de compreensão, em especial no âmbito das instituições que implementam ações para o seu enfrentamento.

## Notas

<sup>1</sup> Este artigo foi elaborado antes da deflagração da pandemia causada pelo novo coronavírus e, portanto, não considera o agravamento da situação de pobreza decorrente dessa crise sanitária e humanitária.

<sup>2</sup> O MDA foi criado no ano de 1999, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e extinto por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, pelo então Presidente interino Michel Temer, que assumiu o poder em razão do afastamento de Dilma Rousseff da Presidência da República.

<sup>3</sup> A elaboração deste artigo baseia-se em temas analisados na tese de doutorado da primeira autora, intitulada "Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)". A tese foi realizada no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no âmbito do projeto de cooperação interinstitucional entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e o *Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire et Scientifique avec le Brésil* (Capes/Cofecub) "Território, Pobreza e Políticas Públicas: uma abordagem pela territorialização", do qual todos os autores do artigo participaram.

<sup>4</sup> Trata-se de um programa universal de transferência de renda, criado em 2003, que destina recursos financeiros para pessoas pobres e extremamente pobres.

<sup>5</sup> Os caboclos da região Oeste de Santa Catarina são originários da miscigenação étnica entre índios, luso-brasileiros e ex-escravos negros (RENK, 2006). No início do século passado, o desfecho da Guerra do Contestado (1912-16) representou a exclusão da população cabocla do acesso a terra a favor dos descendentes de imigrantes europeus. Embora possuam fortes características para compor o universo de "povos tradicionais", as populações caboclas não são reconhecidas enquanto tal pelo Estado (PODELESKY, 2014).

<sup>6</sup> Trata-se do principal espaço institucional de participação social no processo de gestão do Pronat e do PTC, durante o período de vigência desses Programas.

<sup>7</sup> Este estudo contemplou somente três famílias indígenas, o que não permite compreender as reais condições de vida das famílias integrantes dessa etnia que habitam no Território estudado. Trata-se de outra situação que merece ser aprofundada em novos estudos empíricos.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Y.; BAILLY, A.; FERRAS, R.; GUÉRIN, J.-P. & GUMUCHIAN, H. *Représenter l'espace: L'imaginaire spatial à l'école*. Paris, Economica, 1989. 227 p.

ANGST, I. T. & DAL SOGLIO, F. K. Implementação de políticas públicas na pesca artesanal: a atuação dos burocratas de nível de rural. *Extensão Rural*, v. 25, p. 93-111, 2018.

AQUINO, J. R. & BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na região nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. *Revista Econômica*, v. 46, pp. 139-160, 2015. Disponível em: <[https://www.bnb.gov.br/documentos/80223/800344/Art9\\_REN\\_ESP\\_2015.pdf/396220d4-89ba-4555-a1b9-a08c-00002fb9](https://www.bnb.gov.br/documentos/80223/800344/Art9_REN_ESP_2015.pdf/396220d4-89ba-4555-a1b9-a08c-00002fb9)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

BAPTISTA, I.; PERISTA, H. & REIS, A. L. A pobreza no Porto: representações sociais e práticas institucionais. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 17, pp. 35-60, 1995. Dispo-

nível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/906/1/7.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

BEAUD, S. & WEBER, F. *Guide de l'enquête de terrain*. Paris : La Découverte, 2003. 336 p.

CAMPELLO, T. & NERI, M. C. (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013. 494 p.

CASTEL, R. La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffiliation. *Cahiers de recherche sociologique*, n. 22, pp. 11-27, 1994. Disponível em: <<https://www.erudit.org/revue/crs/1994/v/n22/1002206ar.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. *Eisforia*, v. 4, n. especial, pp. 225-247, 2006.

- CAZELLA, A. A., CAPELLESSO, A. J., MEDEIROS, M., TECCHIO, A., SENCÉBÉ, Y., BÚRIGO, F. L. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. *Revista Política & Sociedade*, v. 15, Edição Especial, pp. 49-79, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nes-p1p49>>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- COHN, A. *Cartas ao Presidente Lula: Bolsa Família e Direitos Sociais*. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012. 189 p.
- COSTA, A. B. Conceito de pobreza. *Estudos de Economia*, v. 1, n. 3, pp. 275-295, 1984. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9738/1/ee-abc-1984.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2019.
- D'ANGELIS, W. R. Para uma história dos índios do oeste catarinense. *Cadernos do CEOM*, n. 1, p. 141-2019, 1995.
- DELGADO, G. & CARDOSO, JR. ; J. C. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. IPEA: Rio de Janeiro, 1999. Texto para discussão n. 688. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2834/1/td\\_0688.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2834/1/td_0688.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2017.
- DELGADO, N. G. & LEITE, S. P. Políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro: novas institucionalidades e protagonismo dos atores. *Revista de Ciências Sociais*, v. 54, n. 2, pp. 431 a 473, 2011. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000200007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000200007)>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- DEBARBIEUX, B. Les problématiques de l'image et de la représentation en géographie. In: BAILLY, A. (Coord.). *Les concepts de la géographie humaine*. Paris, Armand Colin, 1998, pp. 199-211.
- DI MÉO, G. *Géographie sociale et territoires*. Paris: Nathan/VUEF, 2<sup>o</sup> éd., 2001. 320 p.
- DOUILLET, A. C. Les politiques contractuelles de développement local en milieu rural. In: FAURE, A.; DOUILLET, A. C. (Dir.). *La action publique et la question territoriale*. Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble, 2005, pp. 75-91.
- FRÉMONT, A. *La région, espace vécu*. Paris : Presses Universitaires de France, 1976. 223 p.
- GAITÁN, F. Actores, coaliciones y cambio institucional: la política social ante la reversión conservadora en Argentina y Brasil. *Desenvolvimento em Debate*, v. 7, n. 1, pp. 89-111, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/32178/O>>. Acesso em: 16 jun. 2020.
- GUÉRIN J.-P.; GUMUCHIAN H. (dir.). *Les représentations en actes*. Grenoble, Institut de Géographie Alpine, 1985. 352 p.
- GOMES, C. M. P. *A governança da terra em questão: uma análise da política de crédito-fundiário no Brasil*. 2013. 249 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- ONDARD-DEL-CROIX, C. Les représentations de la pauvreté : quels échos aux Indicateurs internationaux ? Une étude qualitative sur les Hautes Terres de Madagascar. *Revue de l'OFCE*, v. 1, n. 137, pp. 51-66, 2007. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-mondes-en-developpement-2007-1-page-51.htm>>. Acesso em: 28 mar. 2019.
- GRISA, C. & SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interações entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, pp. 19-50.
- HASSENTEUFEL, P. Think social, act local: la territorialisation comme réponse à la "crise de l'état-providence"? *Politiques et management public*, Cachan, v. 16, n. 3, pp. 1-11, 1998. Disponível em: <[http://www.persee.fr/doc/AsPDF/pomap\\_0758-1726\\_1998\\_num\\_16\\_3\\_2195](http://www.persee.fr/doc/AsPDF/pomap_0758-1726_1998_num_16_3_2195)>. Acesso em: 15 mar. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais (SIS)*, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Geociências, Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JAILLET, M. Contre le territoire, la bonne distance. In: VANIER, M. (Dir.) Territoires, territorialité, territorialisation: controverses et perspectives. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2009, pp. 115-121.

LAVINAS, L. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. *Econômica*, v. 4, n. 1, pp. 25-59, 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/lavinas.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2016.

LAVINAS, L., COBO, B., WALTENBERG, F., VEIGA, A. & MÊNDEZ, Y, S. Percepção sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social? Rio de Janeiro: Letras e Imagem, 2014.

LEITE, S. P. (Org.). Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil. Brasília: IICA, v. 19, 2013.

LE LAY, Y. F. Notion à la une: représentation. *Géococonfluences*, 2016. Disponível em: <<http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-la-une/notion-a-la-une-representation>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

LIPSKY, M. *Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services*. Russel Sage Publication Foundation, 1980.

MALUF, R. S. Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento territorial sustentável. In: LEITE, S. P. (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil*. Brasília: IICA, v. 19, 2013, pp. 57-88.

MATTEI, L.; TECCHIO, A. *Caracterização e evolução da pobreza nos seis territórios da cidadania selecionados*. In: LEITE, S. P. (Org.). *Políticas de Desenvolvimento Territorial e*

*Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil*. Brasília: IICA, v. 19, 2013, pp. 213-238.

MATTEI, L. & MALUF, R. S. *Pobreza Rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento*. Brasília: IICA, Boletim Eletrônico. Fórum DRS, n. 72, 2011.

MEDEIROS, M., CAZELLA, A. A., TECCHIO, A. & CORTES, G. Possibilités et controverses autour de la territorialisation des marchés agroalimentaires au Brésil. *Économie rurale*, n. 367, pp. 79-93, 2019. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-economie-rurale-2019-1-page-79.htm#>>. Acesso em: 14 maio 2020.

MELO, D. N. *Regularização fundiária em zonas rurais: estudo de caso no Território Meio Oeste Contestado em Santa Catarina*. 2015. 204 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

MOURA JR., J. F. & XIMENES, V. M. A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, pp. 76-83, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fractal/v28n1/1984-0292-fractal-28-1-0076.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA – FAO. *État de l'insécurité alimentaire dans le monde*. 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4030f.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

PAUGAM, S. *Les formes élémentaires de la pauvreté: lielen social*. 3<sup>ed</sup>. Paris: Presses Universitaires de France, 2013a. 290 p.

PAUGAM, S. *La disqualification sociale*. 5<sup>ed</sup>. Paris: Presses Universitaires de France, 2013b. 256 p.

PODELESKI, O. S. *Estratégias de reprodução social de populações remanescentes do Contestado: o caso da comunidade de Taquarucu*, no Meio-Oeste de Santa Catarina. 2014. 157 p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

- RAHNEMA, M. Quand la misère chasse la pauvreté. Paris: Babel, 2004.
- REGO, W. L. & PINZANI, A. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- RENK, A. *A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense*. Chapecó: Argos, 2. ed., 2006.
- ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV Editora, 3. ed., 2006.
- SANTA CATARINA. *Estudo de avaliação da metodologia utilizada pelo PRAPEM/MICRO-BACIAS 2 junto às populações indígenas de Santa Catarina: Relatório final*. Florianópolis, 2008.
- SAUVAYRE, R. *Les méthodes de l'entretien en sciences sociales*. Dunod, coll. «Psycho Sup», 2013.
- SÉCHET, R. *Espaces et pauvretés : la géographie interrogée*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- SÉLIMANOVSKI, C. *La frontière de la pauvreté*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2008.
- SEN, A. K. *Desigualdade Reexaminada*. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Editora Record, 2. ed., 2008. 297 p.
- SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, L. C. P. *Desafios para implementar o Pronaf "B" em Santa Catarina* [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <deiatecchio@yahoo.com.br> em 23 out. 2017.
- SILVA, C. B. C. & SCHNEIDER, S. Pobreza rural e o Programa Bolsa Família – desafios para o desenvolvimento rural no Brasil. In: GRISA, C. & SCHNEIDER, S. (Org.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015, pp. 443-463.
- SIMMEL, J. *Les pauvres*. Traduit par Bertrand Chokrane. 4<sup>e</sup> éd. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.
- SOARES, S.; SOUZA, L.; SILVA, W.; SILVEIRA, F. G. & CAMPOS, A. *Perfil da pobreza: Norte Nordeste rurais*. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. 2016. Disponível em: <[http://www.ipc-undp.org/pub/port/Perfil\\_da\\_pobreza\\_Norte\\_e\\_Nordeste\\_rurais.pdf](http://www.ipc-undp.org/pub/port/Perfil_da_pobreza_Norte_e_Nordeste_rurais.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2018.
- SCOTT, J.C. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México. DF. Ediciones ERA. 2004. 329 p.
- TECCHIO, A. *Pobreza e territorialização da ação pública no Território Meio Oeste Contestado (SC)*. 2017. 289 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.
- TECCHIO, A.; CAZELLA, A. A. & SABOURIN, E.; CORTES, G. Estratégias alimentares de famílias pobres no Oeste de Santa Catarina. *Redes: Revista de Desenvolvimento Regional*, v. 24, n. 3, pp. 217-240, 2019. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14126>>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- TECCHIO, A., CAZELLA, A. A. & MATTEI, L. Estratégias de reprodução social de famílias rurais pobres do Território Meio Oeste Contestado (SC). *Raízes, Campina Grande, PB*, v. 32, n. 2, pp. 68-81, 2011. Disponível em: <[http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo\\_272.pdf](http://revistas.ufcg.edu.br/raizes/artigos/Artigo_272.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2020.
- VALA, J. As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. *Análise Social*, v. 28, pp. 887-919, 1993. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1259335829F5uFP-1vy1Ty09KR2.pdf>>. Acesso em: 31 ago. 2019.